

**REDE DE ENSINO DOCTUM  
FACULDADES DOCTUM DE SERRA**

**ELIZA SENA SANTOS  
MARCELA AMORIM DE AQUINO FAVORETTI**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

**SERRA  
2018**

**REDE DE ENSINO DOCTUM  
FACULDADES DOCTUM DA SERRA**

**ELIZA SENA SANTOS  
MARCELA AMORIM DE AQUINO FAVORETTI**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de conclusão de Curso de Psicologia da  
Faculdade Doctum de Serra, como requisito para  
aprovação na disciplina TCC II.

Orientador: Augusto Cezar Romero de Resende

Área de concentração: Psicologia

**SERRA**

**2018**

## A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Eliza Sena Santos  
Marcela Amorim de Aquino Favoretti  
Augusto Cezar Romero de Resende

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os obstáculos enfrentados pelos alunos com Síndrome de Down na inclusão escolar no ensino regular Brasileiro, trazendo conhecimentos, através de revisões bibliográficas, com o propósito de identificar quais as maiores dificuldades no processo de inclusão, o que o torna tão complexo. Mesmo com as dificuldades e obstáculos na inclusão, podemos perceber benefícios observados pelos pais e familiares dessas crianças que foram incluídas na escola. Mesmo assim, ainda é um processo a ser melhorado e discutido para que haja uma evolução no processo da inclusão, não existindo pré-conceitos em relação a inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Síndrome de Down, Família, Escola.

### ABSTRACT

This work aims to analyze the obstacles faced by students with Down Syndrome in school inclusion in Brazilian regular education, bringing knowledge through bibliographic reviews, with the purpose of identifying the greatest difficulties in the inclusion process, which makes it so complex. Even with the difficulties and obstacles in the inclusion, we can perceive benefits observed by the parents and relatives of these children who were included in the school. Even so, it is still a process to be improved and discussed so that there is an evolution in the inclusion process, and there are no preconceptions regarding school inclusion.

**Keywords:** Down Syndrome, Family, School.

## **INTRODUÇÃO**

A Síndrome de Down (SD) é considerada um transtorno do desenvolvimento de etiologia genética, que se caracteriza por uma trissomia no cromossomo 21. Os síndromicos apresentam três ao invés de dois cromossomos (John Langdon Down, 1866). A Síndrome de Down aponta características de rebaixamento cognitivo e mudanças físicas no indivíduo. A síndrome pode ser diagnosticada ainda no estágio pré-natal (MOREIRA; EL-HANIB; GUSMÃO, 2000).

Verifica-se que crianças com síndrome, possuem necessidades especiais de cuidado, pelo fato de haver alterações no seu desenvolvimento, e pode acontecer alguns problemas de saúde característicos tais, como: obesidade, cardiopatia congênita, problemas de audição e visão, distúrbios de tireoide, envelhecimento precoce e problemas neurológicos (PAZIN; ISMAEL MARTINS, 2007).

Os resultados do Censo Demográfico, (2000) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que cerca de oito mil bebês nascem com Síndrome de Down por ano no Brasil. Quanto ao comportamento e desenvolvimento dessas crianças, considera-se que mesmo com as características mencionadas, não há um padrão definido de como essa criança vai ser, logo, cada uma tem um potencial de inteligência, não dependendo desse fator cromossômico afetado, mas sim, das relações e interações com o meio, e intervenções de profissionais desde o seu nascimento.

De acordo com Schwartzman (2003), as características e etiologia da Síndrome de Down são muitas, visto que algumas delas não influenciarão no desenvolvimento da criança. Nos primeiros meses de vida, o desenvolvimento psicológico é observado através das reações motoras, afetivas e pela vocalização. As crianças com esta síndrome apresentam reações mais lentas e a hipotonia interferem no desenvolvimento psicomotor que depende do tônus muscular, como por exemplo: sorrir. Assim, o sorriso é mais curto e menos intenso, e demoram mais para responder a estímulos visuais e auditivos.

Para Casarin (2003), a criança precisa de um maior contato visual, porque o contato do olho também é mais lento, e ela demora mais para observar tudo que está a sua volta. Então, sua ligação com o ambiente é tardio. Existem diferenças quanto à memória auditiva imediata e neste sentido, a criança não conserva informações. Logo, retém apenas algumas palavras do que ouve, e isso pode prejudicar o aprendizado da gramática e da sintaxe.

Diante das características observadas das crianças com síndrome de Down, a inclusão escolar para estas crianças é uma conquista que está cada vez mais sendo proposto em vários países, e como isso acontece está relacionada à cultura e à política local de cada país (LUIZ et al., 2008).

A partir desse trabalho tivemos o objetivo de analisar os obstáculos enfrentados na inclusão no ensino regular de crianças com Síndrome de Down. Com o objetivo específico de estudar as características de crianças com Síndrome de Down e analisar as dificuldades acadêmicas no processo da inclusão, relacionando as percepções observadas pelos pais.

## **METODOLOGIA**

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura com objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, tendo um planejamento bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p.41). Quanto aos meios, os procedimentos são realizados através de pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. A vantagem principal de fazer uma pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir aos investigadores a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla. Tornando vantagem particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos no espaço. (GIL, 2002, p.44, 45).

Os artigos trabalhados foram escolhidos pelos mesmos problemas de obstáculos à inclusão escolar da criança com Síndrome de Down.

## **A INCLUSÃO ESCOLAR**

Verifica-se que a inclusão escolar é crescente no Brasil, tanto na educação especial, quanto no ensino regular é um assunto de muita polemica, pois existem ainda preconceitos sobre a inclusão e divide muitas opiniões o que dificulta o processo de inclusão.

A Constituição Federal no Brasil (1998) garante a todos o direito a educação inclusiva e a igualdade. No 5º art. 205 (CRFB/88) da República Federativa do Brasil relata o direito e garantias fundamentais coletivos e individuais à educação, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

A conformidade com a Constituição, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou a lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência e assim deixando bem clara a impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004).

Em São Paulo existe uma parceria entre a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e a Secretaria de Educação desde 2003, onde são encaminhadas crianças que frequentam essa rede desde a primeira infância, e são encaminhadas as escolas de ensino regular. A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (1990), e as Conferências Mundiais sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, (1994), foram exemplos de movimentos sociais em defesa da educação inclusiva. O Brasil iniciou o processo de definição e implementação de políticas educacionais que estavam em consonância com as discussões realizadas em âmbito internacional. A partir de então, a área da Educação Especial e as instituições escolares começaram a se reorganizar em atendimento aos preceitos colocados.

Inclusão não é apenas colocar crianças com deficiência no ensino regular sem que haja um suporte aos professores e aos profissionais desta escola. Não podemos esquecer que a inclusão não deve ser somente uma proposta do professor, mas também da escola como um todo.

A inclusão não é possível através de modelos tradicionais de organização do sistema escolar, visto que a educação exige um modelo antigo no qual já é problemático para crianças frequentadoras, com a inserção da criança síndrome de Down, a situação se complica ainda mais. Nesse sentido, é necessário que a escola seja repensada, redimensionada, considerando os aspectos pedagógicos, psicológicos, sociais, entre outros (MANTOAN,2000).

A educação inclusiva trabalha com as possibilidades de cada aluno, esperando que cada um atinja o máximo de suas possibilidades, um trabalho com enfoque na singularidade de cada aluno, o que requer um olhar que vá além das metodologias pedagógicas. A escola inclusiva também deve estar preparada para se adaptar ao aluno, uma vez que cada criança é única e necessita de diferentes estímulos e adaptações curriculares para uma melhor escolarização, conforme proposto no estudo de Holden e Stewart (2002). Sendo assim, quando falamos de educação inclusiva, salientamos a importância de o professor olhar para o aluno como alguém capaz de transformar, o que é possível quando ele desloca o olhar da patologia para a diferença (FABRÍCIO; SOUZA, ZIMMERMANN, 2007).

É necessário pensarmos que todos os alunos são diferentes, cada um com suas características, dificuldades e não somente aqueles que apresentam algum tipo de deficiência. Sendo assim, é preciso que se pense a educação de uma forma que contemple cada criança, de acordo com suas capacidades (BEYER, 2005).

Através de vários estudos percebemos que o professor do ensino básico é a principal figura na sociedade inclusiva, visto que é a primeira figura responsável por dar um início ao ensino das crianças. As universidades que formam professores não tiveram como ponto principal, conscientizá-los de que alunos com deficiências são responsabilidade de todos os educadores, e não apenas do profissional que se interessa por educação especial. Existem professores que sentem impacto da inclusão na escola por nunca ter se deparado com um aluno que tem necessidades educativas especiais e a partir do momento em que se encontra em tal situação, começa a enfrentar o desafio de incluí-lo não apenas na turma, mas na vida social e cotidiana. A diretora, a supervisora, a coordenadora, os órgãos de educação especial dos Estados e municípios podem ajudar, mas esse é um desafio para todos os envolvidos (WERNECK Cláudia, 2000). A responsabilidade do professor é fundamental para inclusão do ensino regular, pois são levados a assumir papéis indesejados.

A inclusão é uma força cultural para a renovação da escola, a maior parte dos professores e diretores que trabalham em prol da inclusão percebe que o seu trabalho requer um relacionamento bem mais cooperativo entre os professores de educação especial e os de educação regular do que as estruturas existentes podem suportar (STAINBACK, 1999).

Além disso, cabe mencionar que a inclusão se inicia na família, sendo ela responsável pela constituição do laço de filiação, oferecendo ao filho um lugar no contexto familiar e condições para uma qualidade de vida. Em geral, o laço de filiação está fragilizado porque, diante das impossibilidades apontadas pelo diagnóstico médico, pais têm dificuldade de apostar nas potencialidades do filho. Sem informações, os pais deixam de procurar ajuda para melhorar o desenvolvimento desta criança desde cedo, para que potencialize mais as qualidades dela, e diminua as dificuldades existentes. Nesse sentido, é de fundamental importância o trabalho clínico a ser feito com a criança e seus pais, buscando resgatar o laço de filiação e construir novos desejos e expectativas em relação à criança (OLIVEIRA- MENEGOTTO, 2010).

De acordo com (WERNECK, 2000), a inclusão só será eficaz quando crianças com Síndrome de Down tiverem o mesmo acesso a todas as oportunidades de aprendizagem informal e formal que oferecidas as outras crianças, desde as relações sociais, o lazer e o trabalho, e também na escola. O contrário disto é uma forma de discriminação com essas crianças, onde acham que apenas o afeto resolve tudo. O apoio é fundamental para o desenvolvimento psicossocial saudável de qualquer pessoa, porém não é a única solução. Pois, ainda falta uma prática pedagógica que, de fato, propicie oportunidades de aprendizagem iguais para indivíduos diferentes. A orientação e capacitação de professores da educação infantil na utilização de estratégias para o desenvolvimento da consciência fonológica em crianças com Síndrome de Down, anteriormente ao processo de alfabetização, pode ser parte do movimento imprescindível, nas escolas regulares, para favorecer verdadeiramente a inclusão pedagógica. As crianças e os professores precisam de suporte para a melhoria das condições do ensino e aprendizado.

Crianças com a Síndrome de Down estão cada vez mais motivadas para aprender e superar os conceitos de idade mental e coeficiente de inteligência na avaliação cognitiva. Muitas barreiras estão sendo superadas como memória de curto e longo prazo, habilidades de leitura, escrita, iniciativa, com a consequente melhoria na qualidade de vida (WERNECK Cláudia, p. 215).

Conforme explica MAYZANYELA (2012):

*“As dificuldades encontradas nos ambientes escolares vão desde as péssimas condições das estruturas físicas das instituições, sabe-se que essas escolas foram construídas para uma sociedade cheia de*



*barreiras de preconceitos o que dificulta fazer adaptações necessárias. A falta de formação dos professores também tem sido fator que dificulta a aprendizagem e adaptação das crianças com necessidades especiais nas escolas comuns, além do que são poucos os docentes que atuam nessa área da educação e muitos não querem trabalhar com crianças deficientes alguns por medo, receio, preconceito, falta de entusiasmo, baixos salários, além disso, os professores que estão na sala de aula não foram preparados para realizar esse tipo de atividade, o que os coloca em posição desconfortável e conseqüentemente prejudica o processo de inclusão escolar e de aprendizagem dos alunos, eles foram formados em um momento em que não havia esperança para essas pessoas, elas estavam as margens social". (MAYZANYELA, Sheila, 2012. p.2)*

A escola comum e a escola especial têm resistido às mudanças exigidas para uma abertura total da inclusão às diferenças. Uma das mais sérias é que mobiliza o professor a rever e a recriar suas práticas, a entender as novas possibilidades educativas trazidas da escola para todas. Esses desafios estão sendo constantemente anulados, temporizados por políticas educacionais, diretrizes, currículos, programas compensatórios (reforço, aceleração entre outros). Falsas saídas têm permitido às escolas comuns e especiais escaparem do compromisso que exige a inclusão. Entretanto, existem professores dispostos a vencer barreiras como à falta de qualificação, o preconceito e a falta de informação, pois entendem que o papel do professor também é aprender e buscar produzir novos conhecimentos (MORENO, Patrícia Cândida, 2009).

Mesmo com as dificuldades e preconceitos da inclusão escolar, o aluno com necessidades especiais está na escola, então é necessário enfrentar o desafio e colaborar para que aconteçam avanços e transformações, para que seja possível o acesso a inclusão. Existem algumas adaptações que podem ser feitas dos professores, que podem gerar respostas positivas. De acordo com o MEC as adaptações curriculares são:

*"Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível" (BRASIL, 2000, p. 7).*

A inclusão está cada vez mais aproximando as escolas que se denominam diferentes umas das outras, banindo a existência de um velho e novo ensino. A intenção é que as escolas se atualizem no quesito acesso a informação, direito, inclusão e respeito. Não se muda a escola de um dia para o outro. A implantação da escola de qualidade, igualitária, justa e acolhedora, é possível para todos (TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo, 2009).

### **A CHEGADA DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA FAMÍLIA**

O diagnóstico da Síndrome de Down transforma-se no marco na vida da família, desencadeando um processo de reorganização familiar, que envolve um choque no primeiro momento. A chegada de uma criança com deficiência em uma família pode gerar situações complexas e resultante da falta de informação e de preparo estrutural e psicológico para lidar com esse tipo de situação. Atitudes de superproteção, rejeição ou depressão presentes no núcleo familiar após a notícia, podem interferir no desenvolvimento da criança, incluindo os aspectos sociais e emocionais. O diagnóstico inicial da síndrome de Down desencadeia nos pais vários tipos de sentimentos, na maioria das vezes são sentimentos negativos. Há mudança total na vida da família, após o nascimento da criança com Síndrome Down (PAIVA; MELO; FRANK, 2018).

Os profissionais que trabalham em programas de estimulação global precisam estar atentos ao fato de que os pais, só poderão discutir e entender as orientações profissionais depois que estes tiverem passado a fase que pode ser chamada de “luto” pelo filho idealizado. E em respeito às famílias, é fundamental que a notícia seja dada aos pais conjuntamente (CUNHA, Aldine, 2008).

As mães de crianças com deficiência intelectual, quando são comparadas com seus cônjuges e também com as mães de crianças com desenvolvimento típico, apresentam menores níveis de saúde e autoestima e são mais facilmente acometidas por fadiga, nervosismo e depressão (Hedov, Annerén, Wikblad, 2000; Henn e outros, 2008). O estresse é o principal sintoma apontado na literatura como promotor do sofrimento de pais e mães de criança com deficiência intelectual, atingindo principalmente suas mães, devido à sobrecarga de cuidados dispensados a seus filhos com essas dificuldades (Pereira-Silva, Dessen, 2006; Minetto e outros, 2012).

Algumas famílias entendem a necessidade de colocarem seus filhos em escolas para que possam estar desenvolvendo suas habilidades pessoais, sua independência, e gerando qualidade de vida. E apesar dos benefícios que se têm na inclusão, algumas mães relatam a experiência negativa de terem seus filhos incluídos em ensinos de primeira série do ensino fundamental, e as famílias que tinham seus filhos ainda em escolas de educação infantil consideraram que a inclusão colocou em evidência aspectos positivos das crianças, como relata uma mãe: "A inclusão é uma cadeia de positividade". Esse sentimento vai ao encontro de um estudo que revela mães de crianças com síndrome de Down, que foram inseridas na rede regular de ensino ficaram satisfeitas com o incentivo à participação e à troca de experiências que a escola lhes proporcionou (Macedo e Martins, 2004).

*"O que mais me marcou na inclusão de positivo é que todas as danças de festa junina de quadrilha e apresentação, ele participa de tudo e faz tudo certinho. A primeira apresentação dele na festa junina, eu achava que ele não ia entrar, não ia participar, não ia fazer. Ele foi, fez tudo, e até tirou o chapéu para agradecer" (LUIZ; PFEIFER; RICCO, p. 649, 2012).*

A proposta de inclusão escolar não é seletiva, ou seja, não deve acontecer apenas para aqueles que têm condições do convívio social, ou qualquer grau "leve" de transtorno. Ao contrário, a inclusão propõe que todos os alunos, sem exceção, devam frequentar as salas de aula do ensino regular e que suas necessidades sejam consideradas ao todo, a fim de estruturar o ambiente escolar em função dessas necessidades, a proposta é que realmente haja uma mudança de estrutura curricular e social visando os benefícios para essas crianças, porém o que se observa, é que, provavelmente, ainda não contamos com uma mudança e estrutura do ensino regular para acolher a chegada das crianças com síndrome de Down (MANTOAN, 2006).

É desejável que, por ocasião da inclusão de uma criança com síndrome de Down na rede de ensino comum, possa proporcionar as adequações em seus recursos e estrutura para recebê-la, e não o contrário, que a criança com síndrome de Down seja colocada em uma maior dificuldade, exigindo mais do que consiga, no intuito de verificar se ela se adapta ou não à proposta curricular do ensino regular (BOFF; CAREGNATO, 2008).

O contexto familiar é estabelecimento de uma rede de apoio social que serve como amparo aos pais em momentos de estresse, possibilitando consequências positivas ao desenvolvimento das crianças (Bronfenbrenner, 1979/1996). Fatores protetivos são relacionados a uma rede eficiente de apoio social (Poletto&Koller, 2008; Costa e Dell’Aglia, 2009).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Não podemos privar as crianças normais da convivência com outras crianças com deficiência, pois tiramos de todas as chances de se exercitarem na construção de sua cidadania. É das interações entre elas que surgiu às oportunidades de aprendizado. Incluir o outro é sempre uma troca de aprendizado para podermos construir cidadãos de bem e fazermos um país diferente com escolas transformadoras.

Resultados da pesquisa sobre inclusão de alunos com Síndrome de Down em escolas de ensino regular, realizada por Voivodic (2007), mostra que as escolas têm dificuldade de conduzir o processo de inclusão, pois não contam com o apoio de profissionais qualificados e com experiência para tal ação. A proposta de inclusão das escolas ainda é fracasso. É difícil receber crianças com deficiência sem um apoio externo adequado e isso parece revelar maiores dificuldade na inclusão. Com isto, observa-se que as escolas têm certa deficiência de profissionais qualificados, com estudos em educação inclusiva, com isto, os professores que estão em sala, podem não saber como agir com esses alunos.

A educação inclusiva implica mudanças de tradição de rótulos e de uma vida social. Para BEYER (2005), os resultados curriculares que ocorrem conforme as possibilidades de aprendizagem de cada aluno podem estar garantindo o respeito às diferenças, abandonando um resultado ideal de aprendizagem calcado na premissa da homogeneidade. O estudo de Holden e Stewart (2002), relata a importância de a escola realizar adaptações curriculares, oferecendo, sempre que necessário, um currículo apropriado para todos e não somente para os alunos com síndrome de Down. Sendo assim, a educação inclusiva requer modificações pedagógicas nas escolas, para que se possa garantir às crianças uma melhor escolarização, considerando suas capacidades e potencialidades individuais (MENDONÇA; LUIZ; PFEIFER, 2012).

Para Saad (2003), o obstáculo maior é que a escola diante da determinação legal para receber alunos com necessidades educacionais especiais, não está preparada em termos de recursos humanos e infraestrutura para acolhê-los. Em geral, os professores não estão capacitados para lidar com as diferenças, tanto psicologicamente quanto profissionalmente. Podem experimentar certo incomodo, diante de um aluno com necessidades educacionais especiais, ou simplesmente tolerá-lo, desde que ele permaneça em sala de aula como um mero figurante, o objetivo dos professores é para que ele não surte ou ataque ninguém, e não prejudique os outros colegas em sala de aula. Podendo assim, trazer dificuldades além do que já é de costume, ou seja, essa criança pode ser prejudicada diretamente na escola. Em função disso Voivodic (2007) refere à importância de implementar ações de apoio e mediação para que a inclusão seja efetivada. Afinal, estamos, de um lado, diante da obrigatoriedade das escolas receberem os alunos que, até então, eram encaminhados para as classes e escolas especiais, e de outro estamos frente à falta de preparo e capacitação dos professores para lidar com a inclusão de crianças com deficiência em suas classes. Nesse sentido, trabalhar com o professor é fundamental para que possamos, efetivamente, falar de educação inclusiva (OLIVEIRA-MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2010).

A maior dificuldade para a inclusão de alunos com Síndrome de Down é a crença de que todos os alunos devem se adaptar aos parâmetros de normalidade, enquadrando-se naquilo que é esperado para determinada série, currículo e faixa etária. Tratando da concepção da integração do aluno na escola que, segundo SANCHES E TEODORO (2006), exige que alunos com necessidades educacionais especiais e os professores que os acompanham se adaptem às regras e ao funcionamento do sistema regular, para ter direito a um lugar no meio escolar, enquanto que o sistema não se questiona nem preconiza a mudança. Trata-se de ter uma visão mais ampla em relação ao aluno, olhar para cada aspecto da vida, e relacionar com a passagem escolar, não só os alunos especiais, mas todos os outros, podendo assim evitar o fracasso escolar que é tão atual no Brasil. É ter um olhar diferenciado, para que possam identificar qual a dificuldade da criança, qual o processo de desenvolvimento que ela está e os resultados de seu aprendizado no ensino regular.

Saber trabalhar com essas crianças é fundamental na inclusão escolar das mesmas. A dificuldade da inclusão aparece quando a criança passa para o ensino fundamental,

quando as demandas são outras, exige outros tipos de esforços. Se caso as relações não forem alinhadas, se esta criança não estiver com o processo de habilidades relacionadas ao ensino regular, corre um risco de maior dificuldade acadêmica, gerando certa frustração na criança e na família, o que pode prejudicar e dificultar a inclusão da criança Síndrome Down no ensino regular.

Em pesquisas feitas nos artigos, os discursos das mães sobre a relação e interação na escola, eventos marcantes como a apresentação de seus filhos em datas comemorativas na escola, mostram que nem todas têm uma percepção positiva sobre a inclusão, algumas crianças tem um bom rendimento, se adapta melhor e outras não. Isto pode estar relacionado à maneira de como cada escola trata esse aluno, se essa escola está realmente preparada para receber este aluno, seja em infraestrutura ou em capacitação dos profissionais. A inclusão não deve ser tratada como uma obrigatoriedade da escola, mas algo transformador, não é apenas colocar o aluno em sala de aula, é saber como esse aluno vai entender o processo escolar, da mesma maneira que os outros, ou da maneira dele mesmo. Esse processo se torna complexo quando tenta-se fazer desta criança uma criança normal como as outras, e não se prepara uma aula de qualidade, com materiais específicos para o aluno especial. É de responsabilidade de todos da escola que essa inclusão seja alcançada com êxito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta deste artigo foi conhecer sobre as características da Síndrome de Down (SD) e como se dá a inclusão escolar com o contato dos professores, educadores e o impacto que causa quando a família descobre a SD, evidenciando fatores de risco, aprendizado e proteção que interferem na saúde dessa família e da criança. Existem estudos para a melhoria do tratamento de crianças com Síndrome de Down em qualquer aspecto da vida social ou familiar, para a colaboração da saúde mental e social desta criança. É um estudo sem uma conclusão definitiva.

O acompanhamento multiprofissional é algo que vem sendo valorizado para aproveitar o potencial dessas crianças. Tratamentos, psicoterapias, fisioterapias e fonoterapia têm contribuído significativamente para este propósito. Com isso, pode-se observar

notável contribuição para maior independência e para a saúde física e mental com essas crianças (PAZIN; ISMAEL MARTINS, 2007).

É muito importante o contato dos pais da mãe da criança com Síndrome de Down com os professores e a escola. Pois assim, eles podem passar informações do que as crianças gostam de fazer para ajudar nas atividades a serem aplicadas, que possa de alguma forma está chamando a atenção dessa criança e ajudando no próprio aprendizado e o processo de inclusão.

Apesar das leis sobre inclusão escolar, a falta de despreparo dos professores traz falhas no sistema de inclusão, a escola não está preparada para receber os alunos especiais, e a escola não investe na qualificação. Existe uma grande demanda e muito pouco está sendo feito.

Segundo (MAYZANYELA, 2012), a infraestrutura da escola também é falha, a falta de materiais escolares, é um grande obstáculo a ser enfrentado quando falamos de processo escolar, principalmente na inclusão.

Há uma grande carência de mais pesquisas e investimentos sobre o aprendizado e a inclusão de crianças com deficiências, como a Síndrome de Down. Através de nossas pesquisas nota-se que é necessário mais estudos para romper barreiras sobre esse assunto que nos dias atuais tem uma grande importância a se trabalhar.

## REFERÊNCIA

AZEVEDO, Cinthia Coimbra; PINTO, Cacilda Silveira; GUERRA, Leonor Bezerra. O desenvolvimento da consciência fonológica em crianças com Síndrome de Down pode facilitar a alfabetização e contribuir para a inclusão no ensino regular? **Rev. CEFAC**, v.14, n.6, p.1057-1060, nov./dez. 2012. Disponível em: <file:///Z:/Users/Administrador/Downloads/CONSCIENCIA%20FONOLOGICA%20NA%20INCLUSAO%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BOFF, Josete; CAREGNATO, Rita Catalina. **História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de Down**, v. 17, n. 3, p. 578-586. Florianópolis, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010rmiso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010rmiso)>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

CUNHA, Aldine; ASSIS, Silvana; JR. FIAMENGHI, Geraldo. **Impacto da notícia da Síndrome de Down para os pais: historia de vida**. São Paulo, 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-8123201000020&tIng=pt>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

FERRAZ, Clara Regina Abdalla; ARAÚJO, Marcos Vinicius; CARREIRO Luiz Renato Rodrigues. Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I: Comparação dos relatos de mães e professores, **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília**, v.16, n.3, p.397-414, Set.-Dez. 2010. Disponível em: <<file:///Z:/Users/Administrador/Downloads/INCLUSAO%20ESCOLAR%20SD%20MAES%20E%20PROFESSORES.pdf>>. Acesso em: 03 de novembro de 2018.

FRIAS, Elizabel Maria; MENEZES, Maria Christine. **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: contribuições ao professor do Ensino Regular**. Disponível:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

FOSS, C. Paiva; MENEZES, C. Melo; PAESE, S. Frank; PAES, Tania: Síndrome de Down, etiologia, características e impactos na família. **Interação em Psicologia**, v.6, n.2, p.167-176,2002. São Paulo. Disponível em: <<http://facsapaulo.edu.br>>. Acesso: 12 de abril de 2018.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LUIZ, Flávia Mendonça; PFEIFER, Luzia Iara; SIGOLO, Silvia Regina Ricco; NASCIMENTO, Lucila. **Inclusão de crianças com Síndrome de Down**, v.17, n.4, p.649-658. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000400011>>. Acesso: 20 de setembro de 2018.

LUIZ, Flavia Mendonça; NASCIMENTO Lucila Castanheira. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down: experiências contadas pelas famílias**, **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília**, v.18, n.1, p. 127-140, Jan.-Mar., 2012. Disponível em: <<file:///Z:/Users/Administrador/Downloa>>. Acesso em: 03 de novembro de 2018.

MAYZANYELA, Sheila. **Educação Especial: As Dificuldades Encontradas no Ambiente Escolar para a Inclusão**, 2012. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/asdificuldaesdainclusao/index.php?>>. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

MOREIRA, L. Moreira; EL-HANIB, N. Charbel; GUSMÃO, F. AF: A Síndrome de Down e sua patogênese considerações sobre o determinismo genético. **Revista Brasileira Psiquiátrica**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 de abril de 2018

MORENO, Patrícia Cândida. **As Dificuldades da Escola Perante a Inclusão Escolar**, 2009. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos>>. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane; MARTINI, Fernanda; LIPP, Laura. **Inclusão de alunos com síndrome de Down: discursos dos professores**. **Fractal, Rev. Psicol**, v.22,

n.1, p.155-168. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php&nrm=iso>>. Acesso em: 21 de setembro de 2018.

PAIVA Camila; MELO Camila; FRANK Stéphanie. **Síndrome de Down: Etiologia, características e impactos na família**. São Paulo, s.d.. Disponível em: <<https://facsao paulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/ed2/11.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

PAZIN, Ana Carolina; ISMAEL Martins: Desempenho funcional de crianças com Síndrome de Down e a qualidade de vida de seus cuidadores. **Revista Neurociência**. São Paulo, Rio Preto 2007.

PORTES, João; VIERIRA, Mauro; CREPALDI, Maria Aparecida; MORE, Carmen; MOTTA, Cibele. **A criança com Síndrome de Down: na perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com destaque aos fatores de risco e de proteção**, v. 33, nº 85, p. 446-464. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141-711Xscript=sci\\_abstract&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141-711Xscript=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre, 1999.

TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo. **Metodologia do Trabalho Acadêmico de inclusão escolar deficientes e qualidade de vida**. Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI, 2009. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/593/5da/9b6/5935da9b6c9ee781988542.pdf>>. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho: na sociedade inclusiva**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2000.